



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

17 de maio de 2019

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O IMPARCIAL

EDITORIA

Política

DATA

17/05/2019

PAG

3

Espontânea

Positiva

Othelino sanciona leis contemplando TJ e MP

Governador em exercício instituiu o Dia Estadual do Ministério Público e também acatou lei que trata do fracionamento das férias dos magistrados

O governador em exercício, Othelino Neto, sancionou projeto de lei que institui o Dia Estadual do Ministério Público – 15 de maio. A data marca ocasião histórica para a instituição, que, neste mesmo dia, no ano de 1967, teve implementada a Procuradoria Geral de Justiça do Estado (PGE). Participaram da solenidade de assinatura da lei o presidente do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Luiz Gonzaga, que parabenizou a iniciativa.

“É uma forma de homenagear uma instituição importante para a defesa dos direitos e interesses da sociedade. Tive a satisfação de presidir a sessão que aprovou o projeto de lei e agora, tornando-a concreta nesta solenidade e na presença do procurador-geral de Justiça”, pontuou o governador em exercício, Othelino Neto. A sanção marca ainda o jubileu do Ministério do Público do Maranhão, que completou 50 anos.

Na avaliação do presidente do Ministério Público do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a instituição da data reflete o reconhecimento da importância da instituição para o Estado. “É um momento histórico e a data muito representativa por marcar o início da autonomia do órgão. A partir de então, passamos a ter um procurador-geral representando o Ministério Público e a sociedade. Havia uma resolução tratando deste dia e agora temos uma lei que se integra ao calendário estadual. Muito nos honra essa deferência”, reforçou.

Outro momento marcante para a



OTHELINO NETO E LUIZ GONZAGA COELHO PARTICIPAM DE SANÇÃO DE LEI DO MPMA

instituição, data de 1988, quando foi definida a chefia do MPMA como membro da carreira, sendo eleita à época a Elimar Figueiredo como primeira procuradora-geral.

Sanção ao Tribunal de Justiça

Integrando a agenda da manhã, Othelino Neto sancionou ainda projeto de lei definindo o fracionamento das férias dos juízes. “São dois atos importantes a órgãos que têm importância fundamental para o andamento da justiça no Estado. Agora, ao poder Judiciário, sancionando esta lei de interesse ao órgão. São momentos marcantes desta primeira manhã na função de governador em exercício do Maranhão”, destacou Othelino Neto. Na ocasião citou, ainda, outros projetos em prol do TJ, que devem ser sancionados brevemente.

O presidente do Tribunal de Justiça, José Figueiredo dos Anjos, destacou o momento impar e mais uma demonstração inequívoca da harmonia dos poderes constituídos do Estado. “Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estão irmanados e refiro também especialmente ao deputado Othelino Neto e agora, governador em exercício, não apenas como autoridade instituída, mas como amigo pelo qual tenho apreço. Essa lei sancionada vai contribuir positivamente para a prestação jurisdicional”, reiterou o magistrado.

A lei define o fracionamento das férias dos juízes. Antes, o magistrado ficava trinta dias fora da jurisdição, agora, terá a opção de fracionar, ficando no mínimo dez dias ausente e nos demais dias, podendo agilizar processos e outras atividades.

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política					
DATA	17 / 05 / 2019	PAG	3	Espontânea	Positiva

Leis aprovadas pela Assembleia são sancionadas por Othelino como governador

No seu primeiro ato administrativo como governador, Othelino Neto sancionou três importantes leis aprovadas pela Assembleia Legislativa. Uma delas institui o dia 15 de maio como o Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão e a outra altera artigos da Lei Complementar nº 14, que dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias. Othelino Neto destacou que, durante os dois dias no comando do Governo do Maranhão, seu papel principal será o de manter a normalidade administrativa, a estabilidade do Estado e a garantia da continuidade dos serviços públicos, na ausência do governador Flávio Dino e do vice, Carlos Brandão.

O governador em exercício também afirmou que as sanções das leis do Ministério Público e do Judiciário são marcantes, uma vez que reforçam a relação harmônica e respeitosa entre os poderes constituídos.

“Dois momentos importantes. O primeiro ato, sancionando a lei que institui o Dia Estadual do Ministério Público, no dia 15 de maio, é uma deferência e uma homenagem ao Ministério Público, que tem uma importância fundamental no sentido de defender os interesses da sociedade. Recebi, também, a visita de cortesia do presidente do Tribunal de Justiça,



Othelino sanciona lei ao lado do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho

desembargador José Joaquim, acompanhado do presidente da Associação dos Magistrados, juiz Ângelo Santos, onde agradece a atenção e a deferência da visita e, na oportunidade, sancionei uma lei de interesse do Poder Judiciário”, assinalou.

“É um momento histórico, pois a data 15 de maio é representativa para o Ministério Público, porque nós tivemos, a partir de 1967, na Constituição Estadual, instituída a Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Este marco representa muito, pois foi o início da autonomia do Ministério Público. Nós tínhamos uma resolução, que instituiu esse dia, mas,

hoje, passou a ser lei, entrando para o calendário do estado do Maranhão”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

“Mais uma demonstração inequívoca da harmonia dos poderes constituídos do Estado, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Especialmente, ao eminente presidente da Assembleia, deputado Othelino, a quem tenho um carinho muito grande, não só como autoridade constituída, como um amigo fraterno”, completou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do TJMA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	17 / 05 / 2019	PAG	2	Gerada	Positiva

Desce

O atual prefeito de Açailândia (MA), Juscelino Silva, a ex-prefeita, Gleide Santos (2013-2015), e a presidente do IPSEMA, Josane Araújo, foram acionados pela Justiça e terão que responder uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa. Os três acionados são acusados de causar prejuízo ao erário do Município no valor de 21,15 milhões, causado pela falta de transferência das contribuições descontadas de servidores ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia (IPSEMA).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Estado

DATA	17 / 05 / 2019	PAG	6	Gerada	Positiva
------	----------------	-----	---	--------	----------

Açailândia

MPMA aciona envolvidos em rombo previdenciário de mais de R\$ 21 milhões

DIVULGAÇÃO

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 7 de maio, três manifestações devido a um prejuízo ao erário do Município de Açailândia no valor de 21,15 milhões, causado pela falta de transferência das contribuições descontadas de servidores ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia (IPSEMA). As manifestações foram formuladas pela titular da 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia, Glauce Lima Malheiros.

A primeira manifestação é uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa com pedido liminar de afastamento dos cargos e indisponibilidade de bens contra o prefeito de Açailândia, Juscelino Silva; a ex-prefeita, Gleide Santos (2013-2015) e a presidente do IPSEMA, Josane Araújo. Os três acionados são envolvidos nas irregularidades, ocorridas no período de janeiro de 2013 a dezembro 2017.

“Percebe-se o tamanho do rombo financeiro deixado pelos requeridos, em uma dívida que ultrapassa R\$ 21 milhões, até dezembro de 2017, valor crescente a cada exercício e que deve estar em patamar bem superior nos dias atuais”, ressaltou Glauce Malheiros. Na segunda manifestação, uma ACP de obrigação de fazer com pedido de retenção judicial e transferência de verbas descontadas e devidas, com pedido de liminar, os requeridos são o Município e o IPSEMA.



A ex-prefeita Gleide Santos está entre as pessoas acionadas pelo Ministério Público

Além das duas ações, o MPMA também ofereceu Denúncia contra a ex-prefeita Gleide Santos.

ILEGALIDADES

Verificadas pela Assessoria Técnica do MPMA, as ilegalidades incluem a falta de repasse ao instituto de contribuições descontadas, no valor de R\$ 21.157.711,22; a inadimplência com parcelamento de débitos, totalizando R\$ 800.549,34 e o excesso de despesas administrativas no valor de R\$ 1,9 milhão.

Uma auditoria realizada pelo MPMA demonstrou que, antes de 2013, já havia débitos com a Unidade Gestora do Regime no valor de R\$ 7.845.424,85 e o fato levou o prefeito, a ex-prefeita e a presidente do instituto a serem acionados judicialmente.

Desde 2013 à frente da gestão do IPSEMA, a própria Josane

Araújo confirmou que, além da inadimplência dos débitos, têm sido feitos parcelamentos dos valores.

“O atraso no repasse das contribuições previdenciárias e o pagamento dos débitos parcelados têm repercussão em despesas indevidas e desnecessárias com multas, juros e correção monetária, representando prejuízo ao erário”, aponta a promotora de justiça.

IMPROBIDADE

Na ação por ato de improbidade administrativa, o MPMA requer a indisponibilidade de bens do caso do prefeito e da ex-prefeita até o valor dos danos aos cofres públicos. No que se refere à presidente do IPSEMA, o valor é R\$ 1.534.841,12.

A Promotoria de Justiça também pede a condenação do prefeito e da presidente do instituto ao afastamento dos cargos públicos, sem remuneração.

Na ação, o MPMA pede a condenação dos acionados por improbidade administrativa, o que implica em punições como perda da função pública; ressarcimento integral do dano; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos e pagamento de multa civil até o dobro do dano.

Entre as penalidades estão a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

RETENÇÃO

Um dos pedidos da ACP com pedido de retenção e transferência é a determinação liminar para que o Município encaminhe a lista dos valores descontados em folha de pagamento dos servidores vinculados ao instituto e o valor devido ao IPSEMA e o consequente bloqueio destes valores.

Também solicita a condenação do IPSEMA à cobrança judicial em, no máximo 60 dias, de toda a dívida atualizada do Município com o instituto.

DENÚNCIA

Na denúncia, o Ministério Público pede que a ex-prefeita Gleide Santos seja condenada pelo crime de apropriação indébita, previsto no artigo 168 do Código Penal, que implica em reclusão, de um a quatro anos, e multa.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	17/05/2019	PAG	5

Combate à homofobia

48 crimes contra LGBT em 2019

PATRICIA CUNHA

Ocorreram 48 assassinatos de travestis, mulheres transexuais e homens trans no Brasil este ano. No Maranhão foram dois casos, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), sendo o mais recente, o de Jailson Feitosa Borges, mais conhecido como "Melissa" (foto abaixo), ocorrido em Bacabal, no dia 5 de maio. O Brasil segue como o país que mais mata travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans de todo o mundo. É o que confirma o relatório da ONG Internacional Transgender Europe, que mapeia 72 países e denuncia a transfobia, lançado no fim do ano passado.



Com 47% das mortes notificadas (167 pessoas), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de travestis e transexuais. De acordo com o Transgender Europe, que monitora os assassinatos de travestis e transexuais pelo mundo, entre 01/10/2017 e 30/09/2018, foram assassinadas trans no Brasil, seguidos de 71 mortes no México, 28 na EUA e 21 na Colômbia no mesmo período. Na maioria dos países, os dados sobre pessoas trans assassinadas e com diversidade de gêneros não são sistematicamente produzidos e é impossível estimar o número real de casos.

O ativista de direitos humanos e membro da Aliança Nacional de LGBTI, Jefferson Taylor, de 28 anos, diz que, segundo os números da Aliança, foram 18 assassinatos no ano passado no estado, e que muitos deles acabam não sendo registrados como casos de homofobia, o que dificulta a exatidão dos dados. De acordo com o Grupo Gay da Bahia, foram nove os casos no Maranhão no ano passado. "Mas vale lembrar que não queremos apenas números de assassinatos. É importante que o governo tenha sensibilidade de criar pesquisas para que possamos ter dados mais voltados ao público LGBTI em relação a todas essas temáticas: educação, mercado de trabalho, questão de extermínio também, que é o último estágio da vida desse público. O importante é esse diagnóstico para saber como podemos avançar", garante Jefferson.

Neste dia 17, entidades e movimentos voltados para o público LGBT realizam em todo o Brasil diversas atividades com o tema Justiça e Proteção para Todas, para lembrar o dia de luta contra a homofobia.

Em São Luís, acontece desde o início da semana o evento Semana Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia. O tema do evento neste ano é *LGBTfobia e Direitos*

Humanos: Construção de Estratégia de Enfrentamento. O evento é uma realização da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) com o apoio do Conselho Estadual LGBT.

A LGBTfobia ocorre quando alguma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual (L, G, B), não importando se realmente é, ou se o agressor apenas imagina que é. "A homofobia começa dentro de casa. Porque a família dita 'heteronormativa' quer impor a identidade daquele indivíduo. E isso perpassa pela criança e adolescente, principalmente os travestis e transexuais que estão em modificação do seu corpo, que estão descobrindo sua identidade de gênero. Quando elas saem precocemente de seus casais elas perdem a garantia e o direito à proteção da família, previsto na Constituição Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando ela não se adapta a essa família tradicional, ela acaba sofrendo o primeiro caso de homofobia, que depois acontece na rua, em outros ambientes", diz Jefferson.



Jefferson é gay e saiu de casa aos 16 anos, depois que sua família, tradicionalmente evangélica, não o aceitou. Foi graças a um projeto social chamado Juventude Cidadã que ele foi ajudado com psicólogos, assistente social, o que acabou fazendo com que ele se tornasse militante. Ele também conseguiu, por meio de bolsa do projeto, sobreviver. Mas terminou os estudos muito tarde porque precisava trabalhar e pagar aluguel. "Hoje a gente se dá bem, não tocamos no assunto sobre a minha identidade de gênero, mas isso tem uma relação boa. Mas foi tudo muito difícil, por isso insisto nessa questão da educação e do mercado de trabalho", conta Jefferson.

Políticas públicas

Durante abertura da Semana Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, o deputado Zé Inácio anunciou aprovação da Lei N° 11.201, que dispõe sobre o direito de uso do nome social em todos os órgãos públicos do estado do Maranhão. A lei foi promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Othelino Neto. Nome social é escolhido para identificação pessoal no caso de não adequação entre o se-

xo biológico e a identidade sexual, bem como a forma que se reconhecem, são identificadas, reconhecidas e denominadas por sua comunidade e inserção social.

A nova lei atende a uma antiga reivindicação do movimento LGBTI. Na ocasião, o secretário de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, destacou a importância do reconhecimento do nome social e de garantir o direito das pessoas escolherem a própria história. "Uma vez que algo não é nominado, simplesmente não existe, e, consequentemente, não é respeitado. É fundamental defender a pluralidade através da vida, do amor e das diversas formas de amar", disse.

Embora haja avanços das políticas públicas para a comunidade LGBTI, os representantes desse movimento batem sempre na questão da educação.

Para a Aliança Nacional de LGBTI, faltam iniciativas para incentivar esse público a não abandonar as salas de aula. "Tudo começa pela educação. Sem ela não há chance no mercado de trabalho. Então, que façam campanhas para manter esse público nas escolas, que façam política de inclusão, mostrar que educação é importante. Esse é o passo da prevenção, para que lá no final esse público não possa ser exterminado pela sua exposição nas ruas".

O encerramento da semana acontece hoje, com programação a partir das 9h30, com oficinas, painéis, mesas de diálogo e intervenções culturais. Além da violência, os principais temas discutidos na semana são trabalho e renda, segurança pública e saúde da população LGBTI. O evento acontece no Auditório do Centro de Referência de Economia Solidária, no Centro.

Criminalização

Apesar dos altos números de crimes contra homossexuais, no Brasil a LGBTfobia ainda não é crime. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, marcou para 23 de maio a retomada do julgamento do Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, proposta pelo PPS, e do Mandado de Injunção (MI) 4.733, que pedem a criminalização da homofobia. Ele atendeu pedido da Aliança Nacional de LGBTI+, feito no dia 15. A análise da ação foi suspensa em 21 de fevereiro, quando quatro ministros já haviam votado a favor da equiparação da homofobia ao crime de racismo (Lei Federal 7.716): Edson Fachin, Celso de Mello, Alexandre de Moraes e Roberto Barroso.

Enquanto a discussão segue no Supremo, no Maranhão, a Lei 8.444, de 2006, penaliza a prática de discriminação em virtude de orientação sexual. A pena pode ir de multa até cassação do alvará estadual de funcionamento, quando a LGBTfobia é praticada por alguma instituição ou estabelecimento. É possível registrar o boletim de ocorrência no site da Polícia Civil do Maranhão.

A criminalização da homofobia vai além da mera punição de atos homofóbicos, mas de um diagnóstico e um mapeamento sobre esses crimes, melhorando a questão das políticas públicas. "Está percorrendo pelo Senado também o estatuto da diversidade, o que vai ajudar no desenvolvimento e garantia dos nossos direitos enquanto LGBT. O nome social é um avanço, mas muitas vezes quando a pessoa chega ao ambiente de trabalho e é identificada como trans, ela não fica. Esse trabalho de conscientização tem que ser parte de uma política pública de governo municipal, estadual, federal", pede Jefferson.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	17 / 05 / 2019	PAG	5

Mais de 30 casos de violência sexual infantojuvenil registrados por mês

Números mostram a realidade em São Luís, onde 157 casos foram contabilizados este ano; estatísticas da DPCA alertam para combate ao crime, lembrado no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes



CASOS DE VIOLÊNCIA já somam 157 este ano

“Os pais precisam monitorar, principalmente, as ações dos filhos, porque há uma interferência brusca de comportamento, devido ao abuso sexual. Mudanças no rendimento escolar, alterações no sono e resistência em querer frequentar determinados lugares repentinamente, por exemplo, podem ser indícios de que algum abuso esteja acontecendo. Mas é preciso entender que, na maioria das vezes, pode não haver esses sinais ou eles estarem ligados a outras circunstâncias que não a violência sexual”

“Toques, beijos e quaisquer outras situações que causem a sensação de invasão do seu corpo são considerados abusos. Assim, temos procurado estar nas escolas, ministrando palestras e promovendo uma maior aproximação das crianças e adolescentes com o que se trata de abuso sexual”

IGOR LINHARES
Da equipe de O Estado

Amaranhá (18) é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em alusão à data, uma série de atividades vem sendo realizada ao longo deste mês para unir a atenção da sociedade para o tema, ainda recorrente em São Luís. Somente este ano, foi registrada uma média de 32 novos casos de crimes sexuais contra menores por mês na capital, de acordo com a Delegacia de Promoção à Criança e Adolescente (DPCA). Até o atual momento, são 157 casos contabilizados, o que corresponde a 32% do que foi registrado no ano passado, quando o número de casos chegou a 486. A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) informou que, em 2018, o Disque-Denúncia recebeu 923 queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o estado.

Os dados, divulgados pela DPCA, mostram que, durante os primeiros cinco meses de 2019, ocorreu entre um e dois casos de violência sexual contra crianças e adolescentes por dia na capital, uma média de 32 registros mensais. Assim, para se evitar uma estatística crescente, a titular da delegacia, Ana Zélia Jansen, disse que a instituição tem realizado palestras para as comunidades escolares, por exemplo. “Para a maioria das pessoas, o abuso sexual se configura somente quando há a prática do ato sexual, mas não”, destacou. “Toques, beijos e quaisquer outras situações que causem a sensação de invasão do seu corpo são considerados abusos. Assim, temos procurado estar nas escolas, ministrando palestras e promovendo uma maior aproximação das crianças e adolescentes sobre o que se trata de abuso sexual”.

Atenção ao comportamento
Ainda segundo a titular da DPCA,

ESTATÍSTICA SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

923 denúncias recebidas pelo Disque-Denúncia no MA em 2018	157 casos em São Luís neste ano
486 casos em São Luís em 2018	32 casos de abuso mensais São Luís
	1 ou 2 casos de abuso por dia em São Luís

SAIBA MAIS

Denúncias
No Maranhão, o Disque-Denúncia é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias contra a criminalidade. O canal funciona diariamente, 24 horas, inclusive aos finais de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas pelo telefone (98) 3223-5800, para quem mora em São Luís, e 0300 313 5800, para quem mora nas demais cidades do estado. As denúncias também são recebidas pelo WhatsApp, no número (98) 99224-8660. O sigilo de quem faz a denúncia é garantido pelo serviço.

Os pais precisam estar atentos ao comportamento dos filhos, possíveis vítimas de abuso sexual. Para ela, o cuidado e acompanhamento dos responsáveis é fundamental para evitar mais casos de violência sexual, uma vez que, por não entenderem ou terem vergonha, muitos menores acabam se submetendo ao abuso em série – por mais de uma vez. “Além das palestras nas escolas, para alunos, temos nos reunido para conversar com os pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes. Os professores também são parte integrante desse diálogo, por conviverem boa parte do tempo com os menores em sala de aula”, frisou Ana Zélia. “A gente observa que, às vezes, muitas famílias negligenciam o cuidado com os filhos”.

Para combater a realidade de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes em São Luís, assim como em todo o estado, de modo que o quadro seja revertido, como destacou Ana Zélia, que foi incisiva ao salientar

a necessidade de pais e responsáveis estarem mais presentes na vida dos filhos, não esquecendo que, até que se atinja a maioria, todo o cuidado deve ser mantido.

“Os pais precisam monitorar, principalmente, as ações dos filhos, porque há uma interferência brusca de comportamento, devido ao abuso sexual. Mudanças no rendimento escolar, alterações no sono e resistência em querer frequentar determinados lugares repentinamente, por exemplo, podem ser indícios de que algum abuso esteja acontecendo. Mas é preciso entender que, na maioria das vezes, pode não haver esses sinais ou eles estarem ligados a outras circunstâncias que não a violência sexual”, completou. De acordo com a delegada, a relação dos pais com os filhos devem ser estreitadas, para que violência e exploração a essas crianças e adolescentes possam ser combatidas.

Violação dos direitos
No ano passado, de acordo com a

Origem da data

No dia 18 de maio de 1973, uma menina de 8 anos, chamada Araceli, foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo. Seu corpo apareceu seis dias depois, carbonizado, e os seus agressores, jovens de classe média alta, nunca foram punidos. A data ficou instituída como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, a partir da aprovação da Lei Federal nº. 8.970/2000, o “Caso Araceli”, como ficou conhecido, ocorreu há mais de 40 anos, mas, infelizmente, situações absurdas como essa ainda se repetem.

SSP-MA, o Disque-Denúncia recebeu 923 queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o estado. De acordo com o informado, 420 ocorrências envolviam crianças de até 11 anos e as outras 503, adolescentes de 12 a 17 anos. Sobre os dados de 2019, a Polícia Civil (PC) informou que as informações de fase de consolidação, pelo Setor de Estatística da SSP.

A violência sexual é a situação em que criança ou adolescente é usado para o prazer sexual de uma pessoa mais velha. Ou seja, qualquer ação de interesse sexual, consumado ou não. É uma violação dos direitos sexuais das crianças e adolescentes, porque abusa ou explora do corpo e da sexualidade, seja pela força ou outra forma de coerção, ao envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias à sua idade, ou ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Ela pode ocorrer de duas formas distintas. Abuso sexual é

qualquer forma de contato e interação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, em que o adulto, que possui uma posição de autoridade ou poder, utiliza-se dessa condição para sua própria estimulação sexual, da criança ou adolescente, ou ainda de terceiros, podendo ocorrer com ou sem contato físico.

Já a exploração se caracteriza pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção de lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. São quatro formas em que ocorre a exploração sexual: em reflex de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual.

Lei

O artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente é punível com pena de reclusão, de 4 a 10 anos, e multa.

ANA ZÉLIA JANSEN
delegada de DPCA

Para fortalecer o enfrentamento ao problema da violência sexual de crianças e adolescentes, a programação segue com oficinas de sensibilização até o dia 31 deste mês, nos territórios dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A culminância da ação ocorrerá no próximo dia 23, com reunião de todos os participantes para apresentação do conteúdo produzido durante as oficinas, executadas pela Prefeitura de São Luís, sob a coordenação da Semcas, e em parceria com as secretarias de estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedhpop) e de Segurança Pública (SSP), por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Política				
DATA	17 / 05 / 2019	PAG	3	

STF manda inquérito contra Weverton ao MA

Inquérito acusa senador da República de peculato em caso que envolve desvio de recursos públicos no Ginásio Costa Rodrigues; processo vai à 1ª instância

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, em julgamento realizado na terça-feira, 14, embargos e um agravo opostos pelos advogados do senador Weverton Rocha (PDT), e decidiram encaminhar à Justiça do Maranhão o Inquérito 3.621, no qual se apuram desvios nas obras de reforma do Ginásio Costa Rodrigues, em São Luís durante a gestão do pedetista à frente da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Apesar da aparente derrota, contudo, o resultado do julgamento era o esperado pelo senador.

Desde o ano passado, Weverton

Rocha tentava, por meio dos seus advogados, conseguir a remessa do caso do STF para a Justiça maranhense. Para isso, alegava que a própria Corte já havia firmado entendimento de que o foro por prerrogativa de função diz respeito apenas a casos de crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

Como as supostas fraudes na reforma do ginásio ocorreram quando Weverton era o titular da Sedel - não deputado federal, ou senador -, sua defesa sustentou que o caso deveria "descer" para a Justiça estadual.

O inquérito em que figura o senador Weverton Rocha apura crimes de violações à lei de licitações e pe-



Weverton Rocha é acusado de ter desviado recursos públicos

culato. Segundo o Ministério Público do Maranhão (MPMA), o pedetista, à época secretário, atuou ao lado de outras pessoas de forma irregular para dispensar licitação para a reforma do ginásio.

A denúncia diz que houve fraude no procedimento administrativo que redundou na contratação da empresa Maresia Construtora Ltda, tendo em conta omissões, descuidos e condutas irregulares cometidas por Weverton Rocha e assessores na secretarial estadual. Duas pessoas teriam emitido documentos com informações inverídicas acerca do andamento das obras de reforma do Ginásio.

A reforma do ginásio foi inicialmente contratada por R\$ 1.988.497,34, por meio de dispensa de licitação. Segundo o MP, Weverton aditivou o contrato em R\$ 3.397.944,90.

A acusação afirma também que Weverton colaborou com Leonardo Lins Arcoverde - proprietário da empresa Maresia Construções Ltda - para que houvesse o desvio dos valores auferidos pelo contrato celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Juventude em benefício próprio do empresário.

Segundo a assessoria do parlamentar, o MPF emitiu recente parecer pelo arquivamento do inquérito.

MAIS

Defesa

Em nota à imprensa, emitida quando do recebimento da denúncia, o senador Weverton Rocha afirmou que "ao final da ação penal ficará provado que não houve obtenção de vantagem indevida ou injusta para ele ou para outra pessoa, não houve superfaturamento ou prejuízos ao erário". "A licitação em questão foi dispensada com base em decreto de emergência do então governador Jackson Lago, dentro do prazo estipulado, e fundamentada pelo parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Esportes", alega Rocha.

STF dá fim ao foro privilegiado de delegados de Polícia no MA

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2553 e declarou inconstitucional o inciso IV do artigo 81 da Constituição do Maranhão, na parte em que incluiu dentre as autoridades com foro criminal originário perante o Tribunal de Justiça (TJ-MA) os procuradores do estado, procuradores da Assembleia Legislativa, defensores públicos e delegados de polícia. A ação foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o argumento de que a medida feria os princípios constitucionais da igualdade e do juízo natural.

Relator da ADI, o ministro Gilmar Mendes votou no sentido de excluir do dispositivo apenas a ca-

tegoria dos delegados de polícia, citando jurisprudência do STF em casos semelhantes. Ele fez a ressalva de que a competência do TJ-MA em relação aos procuradores e defensores públicos não prevaleceria em relação à competência constitucional do Tribunal do Júri e também aplicou o entendimento do STF decorrente do julgamento de questão de ordem na Ação Penal 937 para que o foro estabelecido na Constituição estadual fosse restrito aos crimes cometidos no exercício do cargo e em razão dele. O voto do relator foi acompanhado pelo ministro Celso de Mello.

Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes e seguida pelos ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ri-

cardo Lewandowski, Marco Aurélio e Luiz Fux de que a prerrogativa de foro é uma excepcionalidade e de que a Constituição Federal já excepcionou, também nos estados, as autoridades dos três Poderes com direito a essa prerrogativa. Em seu voto divergente, o ministro Alexandre de Moraes afastou a interpretação de que o artigo 125, parágrafo 1º, da Constituição Federal permitiria aos estados estabelecer, livremente ou por simetria com a União, prerrogativas de foro.

O julgamento no qual a Corte, há pouco mais de um ano, restringiu o foro de deputados federais e senadores - com o entendimento de que a prerrogativa de serem processados e julgados pelo STF se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas -, foi apontado pelos ministros que seguiram a divergência como o marco. ●

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA 17 / 05 / 2019 PAG 10

Casos de violência contra a mulher em alta no Maranhão

Este mês, três mulheres foram mortas no estado; a polícia registrou, ainda, agressões e tentativas de feminicídio; 18 crimes já ocorreram somente este ano

ISMARAJÃO
Da editoria de Polícia

Os números da violência contra a mulher são alarmantes no Maranhão, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Somente neste mês, três mulheres foram assassinadas, com requintes de crueldade, a maioria com participação dos companheiros. A polícia registrou, também, ocorrências de agressão física e tentativa de feminicídio. Um total de 18 crimes de feminicídio já ocorreram este ano, no estado. Ainda ontem, um homem, nome não revelado, foi preso sob acusação de tentar matar a ex-companheira a golpes de picareta, na cidade de Trazidela do Vale.

Policiais militares receberam denúncia de que um homem estava traucado em sua residência, na Rua do Garranchão, ameaçando matar a ex-companheira com uma picareta. Os militares e integrantes do Corpo de Bombeiros Militar foram até o local e primeiramente tentaram convencer o agressor a não cometer o homicídio.

Somente após algumas horas de negociação, o homem liberou a vítima e se entregou para a polícia. Ele foi levado para o Hospital Geral de Pedreiras e, em seguida, apresentado na Delegacia Regional de Pedreiras, onde foi autuado por tentativa de feminicídio.

Outra ocorrência

Em Caxias, foi preso na última terça-feira, em cumprimento a uma ordem judicial, Leandro Viana Almeida, de 27 anos, acusado de tentativa de feminicídio. O delegado Jair Paiva informou que um cartaz com foto do suspeito foi amplamente divulgado em todo o estado.

O detido teria agredido física-



Claudene Conceição, a última vítima de feminicídio deste mês

mente e atropelado a ex-companheira Joyce de Almeida da Conceição Silva, de 23 anos, que estava grávida de 8 meses, no dia 3 deste mês. Ele ainda desferiu um golpe de faca no amigo de Joyce Almeida e em seguida fugiu. A vítima foi levada para o hospital da cidade e perdeu a criança.

Feminicídio

Dois casos de feminicídio foram registrados este mês. Uma das vítimas foi Claudene Conceição de Sousa, idade não revelada. A polícia informou que ela foi assassinada a golpes de faca pelo companheiro Ronaldo Justino da Silva, na noite do dia 14, no povoado Centro do Toquinho, zona rural de João Lisboa.

O caso está sendo investigado pela Polícia Civil, mas até a tarde de ontem não havia registro de prisão do acusado. A polícia também não conseguiu identificar ainda o autor do assassinato da professora Rosiane Costa, de 45 anos. O corpo dela foi encontrado com marcas de violên-

cia na segunda-feira, 13, ao lado do prédio da TVUFMA, no Campus da Universidade Federal do Maranhão, no Bacanga. O caso está sendo investigado pelo Departamento de Feminicídio, da SIIPR sob a coordenação da delegada Viviane Fontenele.

Prisão

Durante a Operação Salvaguarda, desenvolvida pela Polícia Militar no último dia 13, na MA-102, nas proximidades da cidade de Josélandia, foi preso Romário Batista de Sousa, acusado de ter assassinado a empresária Raíza dos Santos Feliosa, no dia 2 de maio deste ano, em Presidente Dutra.

O criminoso teria sido contratado por R\$ 2 mil pelo próprio companheiro da vítima, Bartolomeu Ribeiro da Silva, que está preso, para realizar essa ação criminosa. A empresária foi executada quando chegava ao seu empreendimento comercial, no centro de Presidente Dutra.

Romário Batista também é acusado de ter cometido mais dois ho-

SAIBA MAIS

Centro dá apoio em Imperatriz

Ainda ontem ocorreu um evento em Imperatriz que teve como foco o crime de feminicídio. Dados do Centro de Referência em Atendimento à Mulher nessa cidade revelaram que nos primeiros quatro meses deste ano já foram atendidas 182 mulheres que sofreram violência, e os agressores foram seus companheiros.

mícios no estado do Mato Grosso. Com ele, os militares apreenderam um revólver calibre 38 com numeração raspada, várias munições de calibres diversos, uma motocicleta preta e uma operação em dinheiro. Ainda nessa operação, os policiais prenderam Batimundo Alves de Sousa Júnior, Luís Dari Batista de Sousa e Richardson da Silva de Sousa.

Agressão

Na última terça-feira (14), foi preso em flagrante Carlyano Silva Castelo, de 28 anos, acusado de agredir fisicamente a sua companheira, uma adolescente, de 17 anos, que está gestante de 3 meses, no bairro da Divinópolis.

Segundo a polícia, a jovem declarou ter sido agredida a chutes pelo corpo e no rosto e ainda teve os cabelos puxados pelo companheiro. Ela foi submetida a exames periciais, enquanto o acusado após ser ouvido pela Polícia Civil foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. ■

Menor flagrado com armas e munições

Segundo a polícia, sua função era abastecer quadrilheiros que atuam na Baixada Maranhense

Um adolescente foi apreendido ontem, na cidade de Penápolis. Se-

gundo a polícia acusado de abastecer criminosos da Baixada Ma-

ranhense com armas e munições. Com ele, a polícia encontrou armas e munições de calibre 38.

Os policiais foram informados de que um adolescente fazia parte de uma facção criminosa e a sua função era levar armas da capital para facionados de Penápolis. O menor, localizado e levado para a delegacia do município, foi ouvido

e autuado pelo delegado.

Também em Penápolis foram presos em flagrante Rodrigo Serejo Vieira, o *Balão*, e Enoque Vieira Lima, o *Noki*, acusados de organização criminosa, roubo e porte ilegal de arma de fogo. A polícia encontrou vários produtos provenientes de assalto em poder dos detidos. ■



Samuel Lopes Miranda, que foi preso e levado para a penitenciária

Preso em Rosário homem condenado por homicídio

Réu foi julgado na quarta-feira (15), por um crime ocorrido em fevereiro de 2012, naquela cidade

Samuel Lopes Miranda, condenado a 12 anos de reclusão pelo crime de homicídio, foi preso na tarde de quarta-feira, na cidade de Rosário. A polícia informou que ainda ontem ele foi levado para a unidade prisional.

Samuel Lopes é acusado de ter assassinado a golpes de faca Deyverson dos Santos Guimarães, no dia 22 de fevereiro do ano de 2012, nesse município. O júri reconheceu que o crime teve motivo fútil com uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Já em Barra do Corda, foram presos Claudiana Rodrigues da Silva, a *Claudia do Bar*, de 42 anos, e Antônio Dejamisson Ferreira Lima, o *Capachão*, de 28 anos, acusados de tráfico de droga e associação para o tráfico.

A polícia informou que os criminosos foram abordados no bairro Alamilra, local conhecido como 0800 devido à comercialização de droga. Com eles, os militares apreenderam várias pedras de crack prontas para serem vendidas. ■

PM é denunciado por agressão em Raposa

Vítimas do militar foram duas jovens de 19 e 14 anos, que conseguiram escapar invadindo uma casa

Um soldado do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, nome não revelado, teria seguido e ameaçado atirar em uma jovem, de 19 anos, e em uma adolescente, de 14 anos. O fato ocorreu quarta-feira (15), no centro da cidade de Raposa.

Segundo informações da polícia, as vítimas foram perseguidas pelo militar, que estava conduzindo um veículo Fiesta verde. Em determinado momento, o policial tentou efetuar tiros em via pública.

As vítimas somente conseguiram escapar do alvo do militar invadindo uma residência. A polícia foi comunicada e uma guarnição, comandada pelo sargento Carlos, foi até o local e realizou rondas na área, mas não conseguiu localizar o acusado. O Estado entrou ontem em contato por telefone com o comando da Polícia Militar, mas não obteve mais informações sobre o caso.

Prisão

O delegado Marconi Caldas declarou que Nilberson Manoel Brandão, de 36 anos, foi detido ontem, acusado de ter agredido sua esposa, Roseli Saraiva Ferreira, de 36 anos, na cidade de Raposa. O detido foi ouvido na delegacia e em seguida levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Assalto

A polícia informou que o motorista de táxi Zacarias Pereira de Souza foi mantido refém e teve o seu veículo Renault, de placas PSM-9409, roubado. O fato ocorreu na noite de quarta-feira (15), praticado por três criminosos. Os bandidos entraram no carro como clientes no posto de táxi no Anil e logo em seguida anunciaram o assalto. O taxista foi feito refém e liberado no Parque do Aracagi pelos assaltantes, que levaram o veículo. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA	17/05/2019	PAG	12		
------	------------	-----	----	--	--

Inquérito sobre morte de empresária é concluído com prisão de outro pistoleiro

NELSON MELO

Foi concluído o inquérito policial, instaurado pela Delegacia Regional de Presidente Dutra, acerca da morte da empresária Rayra dos Santos Felosa, de 25 anos, crime ocorrido no dia 2 deste mês naquela cidade. Foram presas três pessoas, incluindo o mandante, que é ex-marido da vítima, e dois pistoleiros. O último envolvido foi capturado na segunda-feira (13).
Conforme o delegado César Ferro, titular da Regional de Presidente Dutra, o último suspeito é Romário Batista Sousa, que foi encontrado no povoado Porto Santa Cruz, zona rural de Josélandia, pela Polícia Militar. Ele foi abordado em uma barreira policial na estrada vicinal que interliga a MA-012 àquele povoado, por volta das 16h. Além dele, foi preso o seu irmão, Luís Davi Batista Sousa, que estava fazendo a "segurança" do outro. Com os irmãos, os militares apreenderam dois revólveres calibres 38 municados, segundo o delegado. Luís, como frizou Ferro, responde por um assassinato ocorrido em março deste ano em Presidente Dutra, quando matou um rapaz conhecido como "Mateus" com cinco tiros durante uma festa. César disse que Romário confessou sua participação na morte de Rayra, sendo que confirmou que o revólver apreendido na casa do mandante é o mesmo utilizado para executar a dona da pizzaria.



Romário Batista confessou que ele e Amós Américo foram contratados por Bartolomeu Ribeiro para matar a empresária Rayra dos Santos

O delegado contou que o crime foi praticado porque o mandante, Bartolomeu Ribeiro da Silva, estava incomodado com a separação e também estava incomodado com o sucesso de sua ex-mulher, uma vez que ela montou sua própria pizzaria e recebia muitos clientes. Ele, então, contratou os dois pistoleiros, por R\$ 2 mil, para que matassem Rayra.

Os dois aguardaram a vítima em uma motocicleta, nas proximidades da residência dela, de acordo com o delegado César. Amós Américo Alves – que se entregou no dia 10 de maio acompanhado de um advogado – estava gulando o veículo, enquanto Romário estava na garupa. Assim que a empresária apareceu, Batista desceu da moto e atirou na dona da pizzaria. Ela ainda foi colocada

às pressas em um carro da família e levada ao hospital, mas já estava morta no percurso. Bartolomeu foi capturado na tarde do mesmo dia, pela Regional de Presidente Dutra, em cumprimento a mandado de prisão e de busca e apreensão. Na casa dele, foram encontrados um revólver calibre 38, contendo cinco munições intactas, dois celulares, um veículo Creta e documentos pessoais.

Continuam as buscas aos autores e mandantes da morte de casal com mais de 20 tiros



O casal foi morto com cerca de 20 tiros, mas o alvo poderia ser somente Andreia Gomes

A Polícia Civil está apurando um duplo homicídio ocorrido na quarta-feira (15), na cidade de Chapadinha, nas proximidades de um posto de combustível, no bairro Recanto dos Pássaros. No local, foram mortos Silbano Conrado da Silva e Paula Andreia Silva Gomes, que levaram mais de 20 disparos de arma de fogo. Existe uma suspeita de que o crime tenha sido cometido em decorrência de disputas no tráfico de drogas. "Paula do Kaká", como era conhecida Andreia, tinha uma "boca de fumo" em Chapadinha, onde os policiais encontraram 37 gramas de uma substância parecida com cocaína e aproximadamente 72 gramas de outra similar ao crack. Ela foi morta quando trafegava em uma motocicleta com o marido,

Silbano, por volta das 8h. As circunstâncias desse duplo assassinato indicam um acerto de contas. O delegado Fábio Aragão, titular do 1º Distrito Policial (DP) de Chapadinha, explicou que ao menos 20 tiros foram desferidos pelos autores. No local do crime, havia cápsulas de pistola calibre 380. A polícia investiga se o alvo era apenas "Paula do Kaká", que era suspeita de ter ordenado um assassinato na cidade recentemente e linha passagens por tráfico de drogas. Durante buscas na casa dela, além das drogas, foram encontradas cinco pessoas, que seriam usuários de entorpecentes. Um deles foi identificado como Ariel Monteiro das Neves. (NELSON MELO)

Motociclista é assassinado com disparos de arma de fogo em rodovia

Na noite de quarta-feira (15), ocorreu um assassinato na BR-010, na altura do km 268, distante nove quilômetros da base da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em direção a Açailândia. A vítima, Fábio Borges Damasceno, que tinha 25 anos, foi morto com disparos de arma de fogo, quando pilotava uma motocicleta. O homicídio teria acontecido por volta das 19h30. De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal, a PRF foi acionada para atender a uma ocorrência de acidente de trânsito, mas, quando chegou ao local, a equipe se deparou com um homicídio, pois havia várias perfurações de arma de fogo no corpo do motociclista. A Perícia Criminal esteve no trecho do assassinato e recolheu alguns vestígios importantes para a investigação policial.



Fábio Borges foi atirado a tiros e perdeu o controle da motocicleta que pilotava

A vítima era vigilante, morava na Vila Conceição, em Açailândia, e voltava do trabalho para casa, quando foi morto. (NM)

Homem condenado a 12 anos por homicídio é capturado em Rosário

Durante a quarta-feira (15), a Delegacia Regional de Polícia Civil de Rosário capturou um foragido da Justiça que possui um mandado de prisão por sentença definitiva de 12 anos de reclusão por homicídio. Samuel Lopes Miranda, como foi identificado, cometeu o assassinato em 22 de fevereiro de 2012. A vítima foi morta com golpes de faca, segundo a polícia. Samuel foi condenado pela morte de Deyverson dos Santos Gutmarães, sendo que foi sentenciado pelo Tribunal do Juri de Rosário. (NM)



Dupla é presa com revólveres após denúncia de confronto entre facções

Quinze do 20º Batalhão de Polícia Militar (BPM) prenderam em flagrante, na noite de quarta-feira (15), por volta das 21h, Benjamin Pereira dos Santos, de 39 anos, e Yves Kleython Bogaia Cordeiro, 23, na Estrada da

Maloba, Trizidela da Maloba, na região metropolitana de São Luís. A dupla estava com dois revólveres calibres 38, sendo que teriam participado de um confronto entre facções criminosas. Como explicou o major Marcos

Brito, comandante do 20º BPM, o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciope) acionou a guarnição após o recebimento de denúncia sobre o possível duelo entre criminosos rivais na localidade. De imediato, as

equipes avistaram três homens armados, sendo que apenas dois foram capturados com os revólveres. Ambos foram apresentados no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac. (NM)